

PLANO DE GESTÃO DO GABINETE DA 3^a RELATORIA DA 2^a TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

1. Dados funcionais e administrativos

Competência do Gabinete: Direito Previdenciário

Juiz no exercício da titularidade: Rafael Assis Alves

Tempo de exercício no Gabinete: desde setembro de 2024

Períodos de afastamento do magistrado nos últimos 12 meses:

- Férias: 0
- Folgas compensatórias: 0
- Licenças: 0

Quadro de pessoal	
Servidores efetivos	4
Servidores sem vínculo	0
Servidores cedidos/requisitados	0
Estagiários	3
Terceirizados	0
Total	7

Do total de servidores, 1 ocupa cargo em comissão (Chefe de Gabinete) e 2, funções comissionadas.

Uma servidora encontra-se afastada, em razão de licença para tratamento de saúde, desde 23 de agosto de 2024, conforme se infere do DESPACHO SIGA Nº JFRJ-PAR-2024/02653 (Referência: Documento Capturado nº JFRJ-CAP-2024/06450, 23/08/24 – JFRJ).

Em dezembro de 2024, uma servidora foi acrescida ao quadro de pessoal do Gabinete, sem experiência prévia na confecção de minutas de votos/decisões.

Por força da inclusão do Gabinete no Programa de Acompanhamento Especial (PAE) da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 2.^a Região, foram disponibilizados 2 (dois) servidores do Grupo de Apoio da Corregedoria para prestarem auxílio ao Gabinete. Contudo, eles não possuem experiência na elaboração

de minutas de votos e decisões. Por isso, estão sendo treinados pelo magistrado e servidores do Gabinete.

Os estagiários são estudantes do curso de graduação em direito, selecionados após análise curricular e entrevista pela unidade. Cumprem jornada de trabalho diária de 4 horas.

A jornada de trabalho dos servidores, assim como o horário de atendimento aos advogados, é das 12 às 19 horas, de segunda a sexta-feira.

Inexiste diferença de jornada de trabalho entre os servidores efetivos e os ocupantes de cargo ou função comissionada.

2. Dados estatísticos

Dados processuais	Total na data atual
Total de processos em tramitação no Gabinete, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	2.038
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	201
Total de processos em tramitação, excluídos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente (acervo ajustado)	1.837
Total de processos sem movimentação, excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente, há mais de 150 dias	534
Total de processos sem movimentação, excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente, entre 120 e 150 dias	175
Total de processos conclusos para o magistrado	3
Total de processos pendentes de conclusão para o magistrado	1.478

Fluxo processual	
Total de processos distribuídos e redistribuídos para a unidade em 2024	1.971
Total de decisões (produtividade) proferidas em 2024	861*
Total de processos julgados em 2024	754
Total de processos baixados definitivamente do acervo em 2024	840

* Embora o módulo Produtividade do Painel de Indicadores aponte a realização de 4.984 atos decisórios, tal número compreende o referendo de decisões monocráticas proferidas pelos juízes das outras duas relatorias desta Turma Recursal. Considerando-se apenas os processos distribuídos à 03ª Relatoria da 02ª TRSJ, tem-se o total de 861 decisões proferidas no período.

3. Organização e metodologia de trabalho

A divisão do trabalho foi realizada de acordo com a matéria:

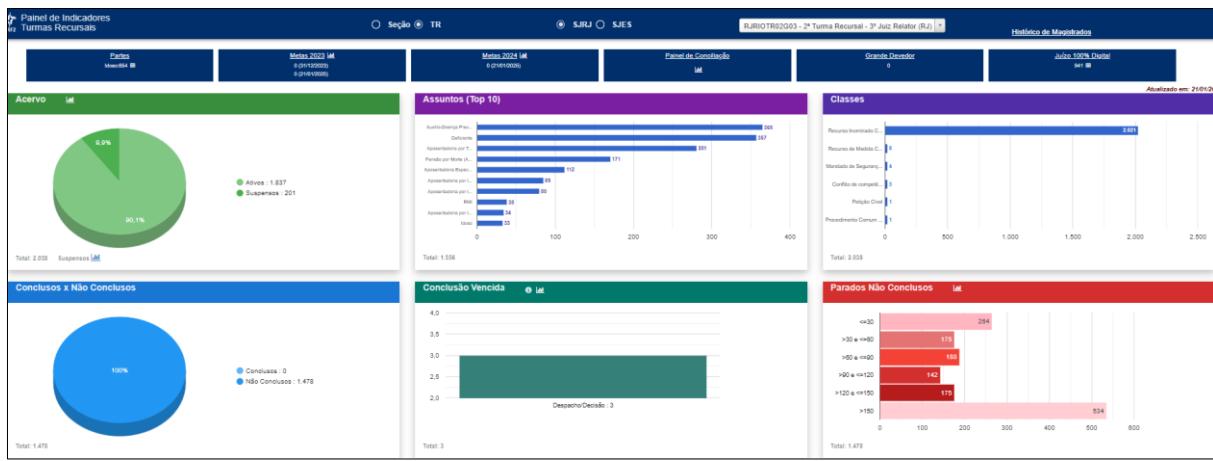
- Estagiários: Benefícios por incapacidade
- Servidora Larissa Lima: Pensão por Morte
- Servidor Marcelo: BPC
- Chefe de Gabinete Larissa Maia: Aposentadoria por tempo de contribuição
- Servidores do Grupo de Apoio: Benefícios por incapacidade e BPC
- Assuntos remanescentes: Serão distribuídos entre a equipe conforme o perfil e conhecimento do servidor acerca da matéria.

O Gabinete prioriza a análise dos processos paralisados há mais de 150 dias e busca equilibrar, na medida do possível, o julgamento dos recursos mais antigos com o julgamento de questões em bloco.

À Chefe de Gabinete incumbe, além da gestão da unidade, a análise inicial dos processos, de modo a aferir se houve a correta autuação, a competência, a existência de eventual prevenção ou litispendência, se há requerimento de liminar e/ou de concessão do benefício da gratuidade de justiça e se há prioridade legal, a fim de ser fixada a tarja correspondente disponível no EPROC.

O atendimento às partes e aos advogados é realizado presencialmente, assim como por meio de telefone e de e-mail. O magistrado realiza atendimento aos causídicos presencial ou virtualmente.

Em relação à gestão processual na unidade, o Painel de Indicadores hospedado no Portal de Estatísticas da Justiça Federal da 2.^a Região apontava, em 22/01/2025, os seguintes dados:



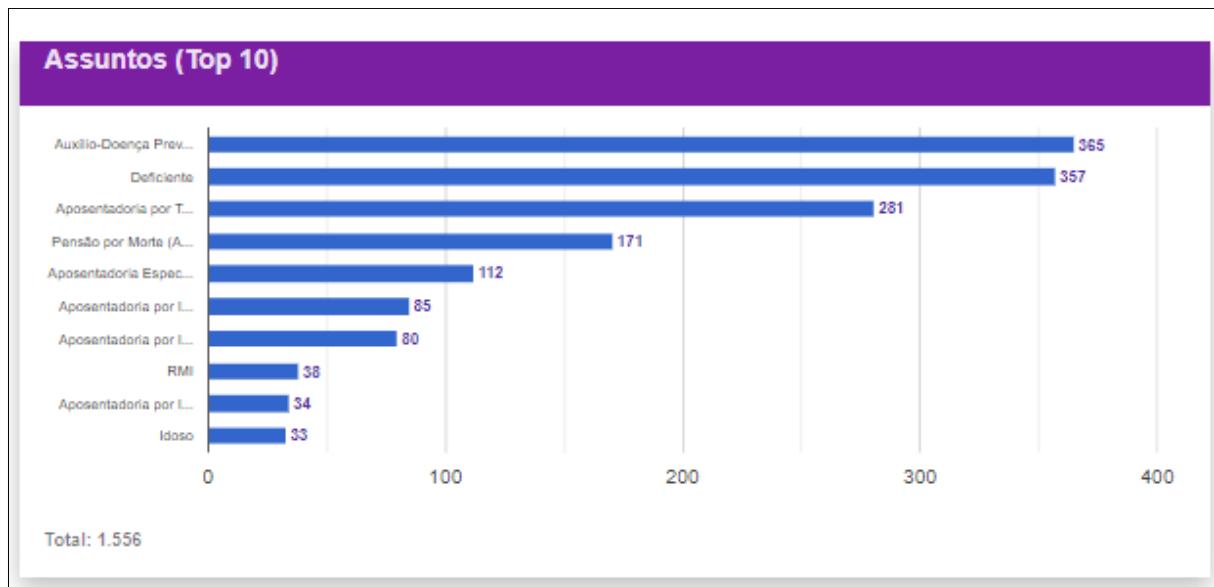
Acesso em 22/01/2025

Embora o acervo tenha alcançado número elevado, é importante destacar que tal situação decorreu da baixa produtividade da unidade até setembro/2024. Por outro lado, a taxa de crescimento do acervo sofreu forte redução desde outubro/2024.

As taxas de crescimento do acervo entre abril e outubro de 2024 foram de 8,5%, 7,2%, 10,8%, 14,4%, 10,8%, 8,1% e 11,2%. Desde novembro/2024, a taxa caiu para 1,8%, 2,2% e 0,5%:



No que concerne aos assuntos dos processos distribuídos no Gabinete, o Painel de Indicadores fornece os seguintes dados:

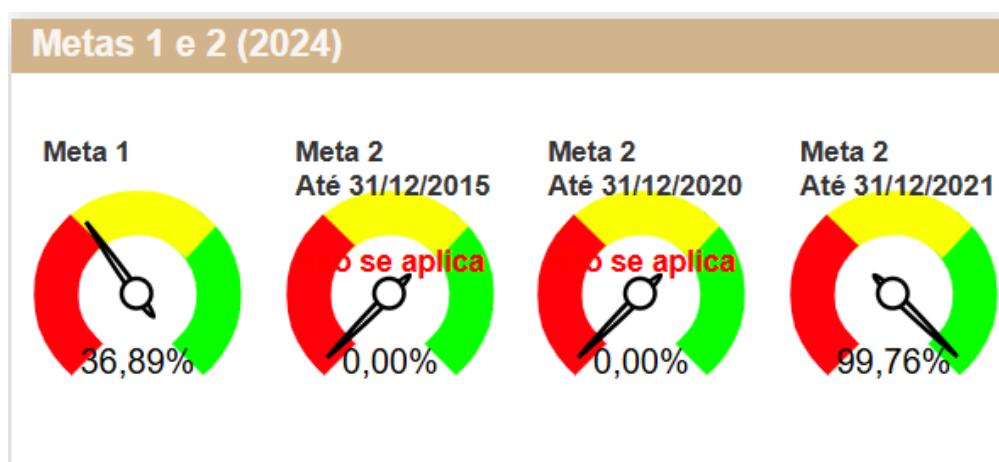


Acesso em 15/01/2025

Como o sistema EPROC permite a inserção simultânea de vários localizadores em um único processo, a unidade deixava de promover a limpeza dos localizadores antigos, o que dificultava o controle gerencial do acervo processual. Tal prática foi descontinuada.

Em 2024 foram distribuídos 1.971 processos para unidade, gerando uma média mensal de 165 processos:

Quanto ao cumprimento das Metas Nacionais, o painel estatístico da JFRJ indicava os seguintes dados, relativos a 2024:



Acesso em 15/01/2025

4. Plano de trabalho para redução do acervo processual

O plano de trabalho foi estruturado considerando a atual força de trabalho do gabinete e a necessidade de redução significativa do acervo processual, com foco nos processos sem movimentação há mais de 150 dias. A estratégia foi dividida em duas fases distintas para o primeiro quadrimestre de 2025.

Para janeiro de 2025, estabeleceu-se uma meta inicial moderada em razão do período de férias de quatro servidores e da adaptação dos servidores do GSA. Neste mês, cada estagiário e servidor em atividade deverá elaborar 10 minutos de decisões terminativas ou votos por semana. Considerando o quadro reduzido de pessoal em janeiro, projeta-se a produção total de 200 minutos no período, incluindo decisões monocráticas e votos incluídos na sessão de julgamento de 18/02/2025.

Os resultados preliminares demonstram que o gabinete está em pleno cumprimento das metas estabelecidas. Até 21 de janeiro de 2025, foram proferidas 117 decisões monocráticas terminativas. Adicionalmente, 81 processos já foram incluídos na pauta da próxima sessão da 02^a Turma Recursal, agendada para 18 de fevereiro de 2025.

Para o trimestre de fevereiro a abril de 2025, a meta será incrementada. Os servidores, incluindo a Chefia de Gabinete, deverão produzir 15 minutos de decisões terminativas ou votos semanalmente. Os estagiários manterão a meta de 10 minutos semanais. Este planejamento considera o afastamento previsto do servidor Marcelo, por licença médica, e do estagiário Robson, em período de férias, projetando uma produção mensal de, no mínimo, 220 minutos.

Em ambas as fases, o magistrado complementará a produção da equipe não apenas com a revisão das minutas elaboradas, mas também com a criação de outras decisões. Vale ressaltar que, entre setembro e dezembro de 2024, o magistrado produziu autonomamente 232 julgamentos (180 decisões monocráticas e 52 votos). Em janeiro de 2025, até o dia 22, já foram produzidos pelo magistrado 65 julgamentos (33 decisões monocráticas e 32 votos).

Em atendimento à determinação da Corregedoria Regional (Ofício TRF2 0281481), estabeleceu-se meta mensal de redução do número de processos

paralisados há mais de 150 dias. Para alcançar este objetivo de forma consistente, o gabinete direcionará 70% de sua força produtiva para os feitos nesta situação. Em termos práticos, considerando a meta de 200 julgamentos em janeiro, ao menos 140 processos sem movimentação há mais de 150 dias serão julgados no mês.

Os 30% restantes da produção mensal serão dedicados preferencialmente aos processos paralisados entre 90 e 150 dias, com priorização de temas comuns ou questões de fácil resolução jurídica. Esta estratégia visa não apenas atender à determinação da Corregedoria, como também evitar que novos processos migrem para a faixa crítica de paralisação superior a 150 dias.

Sobre a meta de redução mensal do número de processos paralisados há mais de 150 dias, apresento nova análise fundamentada em dados de produtividade.

Atualmente registramos 534 processos na faixa crítica. Nossa análise identificou que 81 processos atingirão a marca de 150 dias de paralisação até 31 de janeiro. Dos 70 julgamentos projetados para o restante do mês, 21 serão dedicados a ações preventivas (30% da produção), o que significa que 61 processos efetivamente migrarão para a faixa crítica (81 processos que atingirão 150 dias menos os 20 que serão julgados preventivamente).

Assim, ao final de janeiro, a situação projetada é a seguinte: aos 534 processos atualmente na faixa crítica, somaremos os 61 que migrarão para esta faixa, totalizando 595 processos. Com a realização dos 49 julgamentos previstos para esta faixa (70% dos 70 julgamentos projetados para o restante do mês), estimamos encerrar janeiro com 546 processos paralisados há mais de 150 dias.

A partir de fevereiro, nossa capacidade produtiva será de 220 julgamentos mensais, sendo 154 (70%) dedicados à faixa crítica e 66 (30%) às ações preventivas. Dos processos remanescentes na faixa 120-150 dias, e descontados os 66 julgamentos preventivos, 48 processos migrarão para a faixa crítica. Partindo dos 546 processos do final de janeiro, e após os 154 julgamentos na faixa crítica, estimamos alcançar 440 processos ao final de fevereiro.

Em março, dos 142 processos hoje na faixa de 90 a 120 dias, e mantida nossa capacidade de 66 julgamentos preventivos, 76 processos migrarão para a faixa crítica. Assim, partindo dos 440 processos remanescentes e realizando 154 julgamentos, projetamos alcançar 362 processos ao final do mês.

Para abril, dos 188 processos atualmente entre 60 e 90 dias, 122 atingirão a faixa crítica após as ações preventivas. Considerando este influxo sobre os 362 processos remanescentes, e mantida nossa produtividade de 154 julgamentos, estimamos encerrar o mês com 330 processos paralisados há mais de 150 dias.

Essas projeções consideram a manutenção das atuais condições de trabalho do gabinete. Eventuais alterações no quadro de pessoal, afastamentos não programados, mudanças significativas no volume de distribuição ou o surgimento de questões jurídicas de maior complexidade poderão impactar o cumprimento das metas estabelecidas, situações que, caso ocorram, serão prontamente comunicadas a essa Corregedoria Regional.

Conclusão

O presente plano de gestão estabelece metas desafiadoras, porém realistas, fundamentadas em análise criteriosa do acervo e da capacidade produtiva demonstrada pelo gabinete. A estratégia proposta considera tanto a necessidade de redução imediata do número de processos em situação crítica quanto a importância de prevenir o crescimento futuro deste acervo.

Em resumo, estas são as medidas propostas para o aprimoramento do desempenho da unidade:

- a) **Direcionar 70% da produtividade mensal aos processos parados há mais de 150 dias.** O objetivo é reduzir o acervo crítico dos atuais 534 processos para aproximadamente 330 processos até abril de 2025, conforme detalhado nas projeções apresentadas;
- b) **Dedicar 30% da produtividade mensal aos processos em risco de atingir a faixa crítica.** O objetivo é permitir o julgamento em bloco de questões jurídicas similares ou de baixa complexidade,

especialmente aqueles paralisados entre 120 e 150 dias, evitando o crescimento descontrolado do acervo crítico.

- c) **Implementar, até 22 de fevereiro de 2025, sistema automatizado de localizadores no EPROC para monitoramento dos processos paralisados há mais de 150 dias.** O objetivo é permitir o acompanhamento diário do acervo crítico e identificação imediata dos processos que se aproximam deste marco temporal.
- d) **Desenvolver, até 22 de fevereiro de 2025, rotina automatizada de controle dos processos suspensos ou sobreestados.** O objetivo é permitir que o sistema identifique precisamente esses processos, os fundamentos da suspensão, os prazos estabelecidos e as datas de término previstas, possibilitando gestão eficiente do acervo suspenso.
- e) **Estabelecer, até 22 de fevereiro de 2025, procedimento padronizado para atualização dos localizadores no EPROC.** O objetivo é eliminar registros obsoletos assegurar que cada processo mantenha apenas os marcadores pertinentes à sua situação atual.
- f) **Realizar, semanalmente, reunião de acompanhamento com a equipe.** O objetivo é avaliar o cumprimento das metas estabelecidas e identificar eventuais necessidades de ajustes na metodologia de trabalho.
- g) **Apresentar à Corregedoria Regional relatório mensal sobre a evolução do acervo e o cumprimento das metas estabelecidas.** O objetivo é permitir o acompanhamento dos resultados alcançados.

RAFAEL ASSIS ALVES

Juiz Federal Substituto

03^a Relatoria da 02^a Turma Recursal/RJ